

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ LESTE (SECRETARIADA) –**
2 **GRAVAÇÃO DISPONÍVEL** – No dia 08 de agosto de 2024, quinta-feira às 14 horas por
3 videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê Trecho Leste com os pontos de
4 pauta: **1) Aprovação de pauta do dia; 2) Demanda das Unidades de Conservação (UCs)**
5 **Municipais. 3) Informes gerais.** Iniciada a reunião, com quórum de segunda chamada, às
6 14h15min: **1) Aprovação de pauta do dia:** Halphy Rodrigues informou aos membros sobre a
7 aprovação da pauta, não havendo objeções a pauta foi aprovada por unanimidade. **2)**
8 **Demanda das Unidades de Conservação (UC's) Municipais:** Dennis Rodrigues inicia a
9 reunião lembrando que na primeira reunião do subcomitê foi levantado que é preciso
10 conhecer quais são os critérios para hierarquização afirmando que não adiantava nada apontar
11 quais seriam as Unidades de Conservação (UC's) e não conhecer a hierarquização ou até
12 mesmo buscar por uma que comprometesse as indicações do subcomitê. Informou que
13 Wander Guerra organizou uma planilha que foi preenchida pelos municípios e Dennis
14 Rodrigues a disponibilizou juntamente com sugestões de hierarquização junto à Câmara
15 Técnica (CT). Esta, por sua vez, devolveu fazendo algumas sugestões de hierarquizações, isso
16 foi colocado no grupo e discutido por alto, também foi pontuado que seria justo que o subcomitê
17 também indicasse quais eram as hierarquizações e também surgiram outras sugestões de
18 critérios de hierarquização como o Índice de Segurança Hídrica (ISH) e o Índice de
19 Desenvolvimento Humano (IDH), também foi questionado alguns critérios que a Câmara
20 Técnica (CT) sugeriu, como problema de educação ambiental, fomento à trilha de longa
21 distância, no entanto foi refutado, pois o comitê está relacionado às Bacias Hidrográficas. E por
22 isso, o que deve ser visado é que os Planos de Manejo devem ser direcionados para as
23 Unidades de Conservação que tenham a característica de segurança hídrica muito presentes,
24 dessa forma, os critérios devem ser baseados nesse sentido. Dennis Rodrigues sugere que
25 nessa reunião o que pode ser feito com relação à hierarquização é alinhar melhor quais são
26 os critérios sugeridos, e também lembrou que apesar do subcomitê possuir autonomia para
27 dizer quais são as UC's, os critérios técnicos serão definidos pelas CT's. Ele também aponta
28 que as maiores dificuldades seriam em como fazer a indicação. Se seriam feitas em blocos ou
29 em números de UC's, visto que o valor disponível para esses Planos de Manejo, de acordo
30 com o PAAD (Programa Anual de Atividades e Desembolso), é de R\$ 3.000.000,00 (três
31 milhões). Sendo assim o que poderia ser discutido nessa reunião para ser levado para a
32 reunião da CT são: os critérios para hierarquização e qual a estratégia para organizar o
33 apontamento dessas UC's levando em consideração as dificuldades de se obter um preço
34 médio de Plano de Manejo que serão destinados a elas. Elielson reforça que os critérios de
35 hierarquização até podem ser levados para aprovação da CT, mas a decisão sobre os critérios

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaideguanabara@gmail.com

www.comitebaideguanabara.org.br



36 é do subcomitê Leste. Também acredita que um número elevado de critérios não seja bom
37 para o subcomitê, que o ideal é um número mínimo e razoável e pede o apoio do Gabriel
38 Macedo da AGEVAP, para que ele tire as dúvidas sobre o contrato, Termo de Referência (TR),
39 etc. Com relação às UC's Municipais ele lembra que foi solicitado o mapeamento de todas
40 elas e foi feita uma força tarefa para isso. Uma planilha foi feita e dentro dela tinha uma nota
41 de prioridade, na qual deveria ser importante observar a prioridade do município em relação
42 àquela unidade. Ele afirma que o recurso é pequeno, mas só terão o levantamento depois que
43 passarem para a AGEVAP, o mapeamento e os critérios de hierarquização, e posteriormente
44 a AGEVAP poderá identificar a ordem de prioridade. Com relação ao saneamento rural, teve
45 uma lista de hierarquização com os pontos a serem atendidos, e nesses pontos foram
46 atendidos como prioridade, acima da hierarquização, atender um ponto por município, ou seja,
47 atender pelo menos uma Unidade de Conservação por município para não deixar ninguém de
48 fora, desde que o recurso permita. Elielson se coloca favorável a usar os próprios programas
49 que eles têm recursos sobrando dentro do planejamento do Comitê e que são destinados ao
50 subcomitê, e que ainda não foram gastos, transferindo para a demanda nesse trabalho. Cida
51 Resende concorda com as colocações de Elielson, dizendo que a definição da hierarquização
52 deve ser do subcomitê e que estão aguardando essa decisão final porque o Ministério Público
53 está cobrando. Ela informa que os municípios estão sendo atacados fortemente por eles, diz
54 que recebeu um comunicado da sua Procuradoria informando que participaram de uma reunião
55 com o Ministério Público e eles mandaram cercar todo o manguezal de Magé para que não
56 haja invasão. Também disse que uma das exigências feitas por eles é o Plano de Manejo
57 contendo os prazos e datas determinados, por tudo isso é importante tentar agilizar o processo.
58 Elielson propõe que seja apresentado para a Câmara Técnica o mapeamento de todas as
59 unidades e que elas estejam devidamente hierarquizadas, mostrando quais serão feitas e
60 quanto custará cada um, aproximadamente. Thiago Leal diz que concorda com as falas de
61 Elielson e Dennis Rodrigues com relação aos critérios que foram levantados na CT. Também
62 se coloca à disposição de algum apoio ou ajuda no que tange ao georreferencial que cada
63 município identificou. Também recordou que ele e Gabriel Macedo haviam falado sobre a
64 questão das universidades participarem eventualmente desses editais. Ele acredita que
65 trabalhar com um consórcio de universidades nesse caso, pode ser bem vantajoso para o
66 processo e levanta essa questão para discussão. Wander Guerra faz alusão à fala de Elielson
67 e sugere que o caminho mais curto para a questão do Plano de Manejo na qual cada município
68 deverá ter uma UC contemplada, é o município escolher qual unidade será contemplada. Ele
69 poderá usar como base um critério de corte, e a questão da semelhança de ecossistemas e a
70 proximidade geográfica é algo que pode baratear os custos. Elielson comenta que Gabriel



71 Macedo pode orientar melhor sobre a questão da sugestão de Thiago Leal com relação à
72 atuação junto às universidades e também na colocação de Wander Guerra, informando que o
73 Gabriel Macedo pode fazer esse trabalho, apontando uma sugestão de hierarquização, visto
74 que cada município tem uma série de unidades. Dessa forma, a proposta de Elielson é de que
75 todas as UC's devem ser hierarquizadas, mas que cada município eleja a sua de preferência.
76 Ele acredita que deixar tudo hierarquizado desde já, facilitará o processo no futuro, pois será
77 possível saber quais unidades estão na frente nos próximos lotes de recursos, sendo assim, o
78 trabalho estando pronto, simplificará o processo caso haja algum ajuste a ser efetuado. Halphy
79 Rodrigues avisa que Dennis Rodrigues informou que ninguém definiu a hierarquização no
80 âmbito do CT, que neste momento, de fato, são só os critérios de avaliação e que a
81 hierarquização seja para um segundo momento. Gabriel Macedo tem alguns pontos a serem
82 esclarecidos e no que tange a questão das Universidades, ele diz que conversou com o setor
83 jurídico sobre a questão de restringir a competição apenas às universidades, e eles informaram
84 que a restrição só poderia ocorrer caso houvesse uma justificativa muito forte para essa
85 limitação, visto que a lei não permite, mas o processo pode ser aberto às universidades e
86 instituições de todo o tipo. Ele pergunta sobre as esferas relacionadas às UC's que seriam
87 eleitas e Elielson informa que serão apenas municipais. Com relação aos critérios, Gabriel
88 Macedo diz que participou de uma reunião da CT infraestrutura verde e chegaram a ver alguns
89 critérios. Também disse que é importante mensurar e quantificar os critérios porque uma
90 análise qualitativa torna-se subjetiva. Ele também concorda com a fala de Elielson sobre a
91 complexidade dos critérios afirmando que o ideal é que sejam quatro ou cinco. Elielson
92 pergunta ao Thiago se já podem passar para o Gabriel Macedo todo o mapeamento que eles
93 têm. Também pergunta à Wander Guerra sobre a planilha que já foi respondida sobre as
94 unidades e que também será passada para Gabriel Macedo para que ele prepare uma
95 apresentação e faça o levantamento dos custos quanto aos planos a serem realizados. Gabriel
96 Macedo informa que a AGEVAP nunca efetuou uma contratação de Plano de Manejo em
97 blocos, então precisará ver como isso poderia ser feito. Disse também que isso precisa ser
98 dimensionado e que uma equipe será direcionada para trabalhar conjuntamente e
99 simultaneamente todas as UC's. Elielson avisa que já participou de vários processos de planos
100 em bloco e foram bem-sucedidos. Gabriel Macedo concorda com Elielson. Wander Guerra
101 pergunta se existe algum problema do município indicar a unidade que deseja. E levanta
102 novamente a questão se há de fato a necessidade da hierarquização, visto que os municípios
103 podem indicar as UC's que eles apontam como prioritárias. Halphy Rodrigues complementa
104 dizendo que nesse âmbito, na qual todos os municípios são contemplados, quem deverá definir
105 qual a área que deverá ser hierarquizada e beneficiada primeiro, é o próprio município, dentro



106 dos parâmetros estabelecidos e isso não se trata de uma hierarquização, mas sim uma
107 limitação. Haveria uma hierarquização caso eles tivessem que escolher entre todos os
108 subcomitês ou todos os municípios do subcomitê aquele que seria beneficiado primeiro. Daí
109 teria que haver a votação em uma hierarquização, não no sentido de qual seria mais ou menos
110 importante receber, até porque todos estão correndo atrás do Plano de Manejo. Mas sim, dentro
111 de uma votação cada um defender seu ponto de vista, expondo quais são as suas
112 necessidades. Como se trata de algo que vai beneficiar todos os municípios que têm UC's e
113 que estão solicitando esse apoio, o ideal é que a escolha seja feita pelo próprio município, de
114 acordo com as condições predeterminadas. Isso não seria uma hierarquização, mas sim uma
115 limitação em virtude do que foi estabelecido. Murilo Balbino complementa a fala de Wander
116 Guerra relacionando a planilha que foi criada com as necessidades dos municípios, na qual
117 possuía um critério de avaliação baseado nos índices de baixa, média e alta necessidade. Para
118 ele, na planilha já foi priorizado e definido pelo município quais as unidades que têm a maior
119 necessidade de serem contempladas. Também complementa dizendo que concorda com os
120 demais quanto à questão de menos critérios a serem estabelecidos e também que sejam mais
121 voltados a elementos de mananciais, para que dessa forma, se torne mais justo com o Comitê
122 de Bacia. Raoni Cardoso, afirma que concorda com o critério da subjetividade na escolha ser
123 do Subcomitê, mas deixa claro que sem critério não passaria pelo Comitê. Reforçou sobre os
124 critérios que foram sugeridos na CT, mas que estão muito além das necessidades das
125 unidades, mas que precisam ser estabelecidos para que alguma coisa seja passada. Ele
126 discorda da sugestão de Wander Guerra no que diz respeito à escolha baseada na área, visto
127 que é uma questão complicada porque área não diz muito sobre a importância da unidade a
128 ser contemplada. Ele acredita que ter o poder de escolha é importante, que é necessário ter
129 uma amplitude de escolha e não ficar restrito, mas apresentar um projeto para o Comitê
130 sem uma hierarquização pode não ser bem recebido, visto que outros projetos baseados na
131 hierarquia já foram apresentados. Talvez seja necessário usar uma força a mais nesse caso,
132 em conversa e convencimento. Gabriel Macedo declara que dentro do que Raoni Cardoso
133 expôs, ele não discorda totalmente do que Wander Guerra afirmou. Ele faz um paralelo com o
134 saneamento rural que foi feito, na qual viram a ordem que será posto em prática, que será
135 executado. A sequência de municípios ou se seriam todos juntos, de acordo com os recursos
136 disponíveis. Ele acredita que é necessário uma visão de médio prazo para a escolha da
137 Unidade de Conservação, que após a elaboração desses planos, um programa poderia ser
138 integrado, uma vez que existem linhas dentro do PAP (Plano de Aplicação Plurianual) e do
139 PAAD (Programação Anual de Atividades e Desembolso) que contemplam a restauração
140 ambiental, projetos integrados de macrodrenagem, de saneamento, de infraestrutura verde, de



141 reflorestamento, etc., a fim de convergir essa escolha para a UC ou regiões que possam fazer
142 esse tipo de ação, e dessa forma, casar uma cadência de ações do comitê. Elielson sugere
143 que se pegue a lista com as sugestões de hierarquização e uma planilha seja elaborada, onde
144 cada um votaria, de acordo com o parâmetro estabelecido. As opções mais votadas com aquilo
145 que é mais importante seja usado para a definição das escolhas, assim como estão fazendo
146 com as UC's, no caso da escolha por peso de gravidade. Ele sugere que seja decidido nesse
147 momento a quantidade de itens que serão usados na definição, quando a planilha estiver pronta
148 encaminhar aos respectivos interessados e solicitar que votem nos itens prioritários, após o
149 levantamento dos mais votados, seja criada a lista de hierarquização. Elielson complementa
150 dizendo que a hierarquização existe devido aos poucos recursos e por isso precisam escolher
151 a ordem de prioridade. Halphy Rodrigues se pronuncia dizendo que a Câmara Técnica tem
152 como objetivo desenvolver o processo, principalmente na parte técnica, identificando junto aos
153 municípios as escolhas das UC's, avaliando se essas UC's atendem minimamente ao que é
154 necessário para a execução de um plano. Em seguida, deve oferecer ao Comitê e sugerir a ele
155 a aprovação ou não. Ele afirma que a CT não vai escolher, hierarquizar, votar e aprovar. A CT
156 vai preparar a parte técnica necessária para o processo de contratação desde o início, o Termo
157 de Referência (TR) e apresentar ao Comitê. Este, por sua vez, dará o aval se concorda ou não,
158 e também indicará as mudanças necessárias. A CT é uma instância consultiva do Comitê,
159 principalmente nas questões técnicas e que vai instruir a Plenária na votação, escolhendo o
160 que for decidido pela maioria na reunião da Baía de Guanabara. Raoni Cardoso avisa que o
161 formulário de votação, com base nas informações passadas, já está pronto e que vai conversar
162 com a CT. Ele pergunta se pode ser dessa forma ou se preferem decidir nesse momento.
163 Wander Guerra se posiciona dizendo que nesse sentido ele concorda que é necessário que
164 haja uma hierarquização. Ele questiona se nesse caso, pode acontecer de algum município
165 não ser contemplado, caso não atenda aos critérios. Elielson se contrapõe dizendo que a
166 hierarquização está relacionada com a escolha das prioridades. Também discorda do que
167 Halphy Rodrigues afirmou, e informa que o responsável pelo preparo da parte técnica será
168 Gabriel Macedo, visto que a CT não possui estrutura para a realização do que foi mencionado.
169 Também sugere que seja levado para a reunião da CT tudo resumidamente o que o subcomitê
170 Leste quer fazer com relação à escolha dos critérios e propõe que se determine um prazo.
171 Também ressalta que todos os municípios serão contemplados independente do critério de
172 aprovação. Informa que foi pacificado que independente da hierarquização que venha a
173 acontecer, nesse primeiro lote, cada município terá um Plano de Manejo de uma unidade de
174 sua preferência. Raoni Cardoso avisa que vai solicitar mais prazo no CT Verde. Diz que uma
175 semana é um prazo considerável para a decisão e definição do que é relevante para



176 hierarquizar a ordem de pleito. Murilo Balbino sugere usar a hierarquização que está sendo
177 usada na planilha no que diz respeito à prioridade como um critério de hierarquização. Raoni
178 Cardoso esclarece que o critério que eles pretendem criar é para dentro da escolha, onde,
179 dentro das UC's quais serão as primeiras contempladas já na execução. A escolha da
180 prioridade será determinada por cada município, mas a escolha de por quais começarão, será
181 do subcomitê. Ele também avisa que é sobre os critérios que precisam conversar e que alguns
182 já foram atribuídos em outros editais. Thiago Leal sugere que seja inserido uma quantidade de
183 variáveis e as informações sejam compactadas. Ele faz um questionamento com relação a
184 contemplação de todos os municípios nesse primeiro momento, gostaria de saber como será
185 no segundo bloco, porque acredita que alguns municípios não seriam contemplados nesse
186 contexto e se isso seria um problema dentro do comitê de bacia. Questiona sobre a atuação
187 nas diferentes etapas do processo, se serão realizadas do mesmo modo ou cada etapa terá
188 uma ação diferente. Raoni Cardoso informa que não tem essa resposta no momento e que
189 precisa ver com mais calma esse assunto. Elielson sugere que no momento da hierarquização,
190 partir para a prioridade máxima de cada município no primeiro lote e no próximo lote a listagem
191 da hierarquização já estará pronta e as unidades pontuadas. Ele diz que a questão da
192 hierarquização é uma questão de escolha, de onde será investido primeiro, visto que o recurso
193 é pequeno e são inúmeras unidades. Thiago Leal completa dizendo que nesse momento eles
194 devem fazer algo mais enxuto e mais prático na execução. Elielson afirma que os critérios de
195 hierarquização não estão sendo criados para a eliminação e que nenhum item acrescentado
196 fará isso. A questão é quem será priorizado. Halphy Rodrigues acrescenta que a importância
197 de se fazer isso no grupo é que mesmo que haja a participação apenas dos municípios todos
198 os membros vão acompanhando para saber os resultados e dessa forma, não havendo a
199 necessidade de acionar os membros para deliberar ou dar conhecimento do que está
200 acontecendo. Raoni Cardoso pergunta se já poderiam sair dali com a quantidade de critérios
201 definidos e se poderiam continuar com novas sugestões no grupo. Thiago Leal em
202 concordância à fala de Elielson e em seu entendimento diz que no primeiro lote será feita uma
203 aproximação dos critérios, que nesse primeiro momento não será definido toda a política de
204 gestão e de Plano de Manejo das unidades do Leste. Sendo assim, ele acredita que três ou
205 quatro critérios são suficientes e não vai ferir nenhum tipo de princípio em relação a outro
206 município porque cada um entenderá no contexto regional esse sentido. Raoni Cardoso diz que
207 conversará com o comitê. Elielson sugere que seja colocado no grupo em forma de enquete,
208 três ou quatro critérios para serem votados. Raoni Cardoso informa que já possui seis critérios,
209 são eles: 1. Estarem dentro de área de interesse de proteção de Manancial; 2. Unidades de
210 Conservação que estejam em áreas de nascentes ou tenham grande densidade de nascentes;

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



211 3. Proximidade com corpos hídricos; 4. Conexão com fragmento florestal; 5. Estar inserido nos
212 corredores ecológicos; 6. Que estejam devidamente cadastradas no CNUC. Wander Guerra
213 faz alguns questionamentos sobre os critérios de hierarquização, sobre a escolha das UC's e
214 sobre a objetividade e quantificação dos critérios. Murilo Balbino em complemento à colocação
215 de Wander Guerra, também fala da hierarquização, das indicações dos municípios e do
216 quantitativo, afirmando que o recurso, nesse primeiro momento, talvez não seja suficiente para
217 abarcar todas as UC's contempladas. Por isso, é importante hierarquizar e entender as
218 prioridades. Sugere que o critério 3., seguindo a sugestão de Raoni Cardoso, seja alterado.
219 Substituindo esse critério pelo Manancial de Abastecimento, visto a sua importância para o
220 Comitê de Bacias Hidrográficas. Thiago Leal contribuiu dizendo que deve ser estipulado
221 diferentes pesos de acordo com os critérios e ressalta a importância de priorizar, enquanto
222 comitê, o que se tem de objetivos, de reunião, de discussão, etc. Raoni Cardoso se diz
223 favorável a centrar os critérios no que tange a segurança hídrica, assim como Murilo Balbino
224 sugeriu. Ele informa que vai juntar os critérios, reformular algumas perguntas e acrescentar
225 algumas sugestões, para que sejam respondidas de forma simples e para que possam votar
226 de modo a definir os critérios. Assim que todos aprovarem as mudanças, ele vai fazer o
227 formulário no Google. Elielson reforça a solicitação de envio do mapeamento para Gabriel
228 Macedo. **3) Informes gerais:** Entre assuntos gerais, a reunião foi encerrada às 15h44min, eu,
229 Flávia Martins de Oliveira, transcrevi esta ata e dou fé.

230

231 **Participantes:**

232 **Poder Público:** Conselho Regional de Biologia da 2a Região RJ/ES - Larissa Marques Pires
233 Teixeira; Prefeitura Municipal De Magé - Maria Aparecida de Sousa Resende; Prefeitura de
234 Itaboraí - Raoni Cardoso; Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade
235 (SMARHS) - Thiago Leal; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio
236 de Janeiro (EMATER) - Claudio da Silva Teixeira; Prefeitura de Guapimirim - Wander de Souza
237 Dias Guerra; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu (SEMA) - João Alberto Antunes Ribeiro;
238 Prefeitura de Rio Bonito - Murilo Balbino; Prefeitura do Município de Tanguá - Desan Tanguá -
239 Elielson Teixeira da Silva. **Sociedade Civil:** Instituto de Ação Socioambiental Cachoeiras de
240 Macacu – Dennis Rodrigues. **Usuários de Recursos hídricos:** Águas de Niterói - Halphy
241 Cunha Rodrigues; Águas do Rio 1 SPE S/A - Simony Dias.

242 **Convidados:** Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) – Luciana Azevedo **AGEVAP**
243 **(Secretaria Executiva)** – Flavia Martins de Oliveira, Tania Goncalves Sousa e Gabriel Macedo.

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



244 **Encaminhamentos:**

245

- 246 1. Listar as sugestões de hierarquização em um formulário e votar para definir a ordem de
247 prioridade dos critérios até o dia 16/08/2024; (Raoni Cardoso)

248

249

Niterói, 20 de agosto de 2024.

250

251

252

253

Andresse Gnoatto

254

Elielson Texeira

255

Halphy Cunha Rodrigues

256

Coordenação do Subcomitê Leste

